

A Dimensão Territorial do Espaço Econômico Brasileiro

Vimos, na primeira parte, que o espaço econômico brasileiro – cuja delimitação é fundamental para definirmos uma Geografia Econômica do Brasil – é uma dimensão de espaço que envolve o território brasileiro, porém não se limita a ele, abarcando espaços de outros territórios. Nesta parte, tendo em conta as relações econômicas no território brasileiro, examinaremos o quadro das desigualdades regionais e a lógica da distribuição geográfica dos recursos econômicos.

O processo de modernização econômica, em especial na segunda metade do século XX, ordenado internamente pelo Estado – e correspondendo também a interesses do exterior – , resultou na unificação econômica do país, integrando o território e formando um mercado de escala nacional. Esse processo de modernização teve como ponto territorial propulsor a região Sudeste, que a partir de suas duas grandes metrópoles – São Paulo e Rio de Janeiro – comandou a modernização brasileira. Essa região adquiriu poder a partir da concentração da riqueza da economia cafeeira e, posteriormente, de uma economia urbano-industrial que já nas décadas de 1950 e 1960 mostrava-se muito pujante. Num primeiro momento, os principais impactos da industrialização do Sudeste no restante do território foram os seguintes:

- desestruturação das economias regionais, que não estavam preparadas para suportar a competição com ramos da produção industrial e agrícola modernos da região comando” (Sudeste);

- penetração de produtos do Sudeste nas demais regiões com a construção e melhoria de rodovias e ferrovias, tornando o espaço mais fluido, rompendo barreiras físicas (as alfandegárias foram retiradas pelo presidente Vargas) e rebaixando custos de transporte que protegiam os mercados regionais;

- deslocamento de contingentes populacionais do Nordeste e da área rural de Minas Gerais, disponíveis em função da desarticulação de economias regionais, para formação de uma grande massa de trabalhadores no Sudeste

É preciso destacar que o Sudeste passou a dispor de um meio urbano-industrial mais adequado para receber as inovações e os novos setores produtivos, o que reforça ainda mais sua posição de comando da modernização brasileira. Conseqüentemente, as demais regiões assumiram posições complementares nesse processo. Na década de 1950 buscava-se uma integração do país, já com traços da ideologia do gigante adormecido que precisava acordar para realizar seu futuro promissor. Havia nessa época um início de tomada de consciência das enormes diferenças regionais existentes no país, tematizadas como desigualdades a serem superadas. Isso aconteceu por duas razões: em primeiro lugar, porque de fato havia uma disparidade material de recursos entre as regiões e situações de difícil manutenção da vida humana; em segundo, porque o sentimento do país em busca de identidade e de unidade exigia uma minimização das diferenças. A Sudene foi o marco inicial do Estado desenvolvimentista, buscando, via planejamento, resolver problemas de disparidades regionais.

As desigualdades regionais no Brasil

Vamos nos referir às desigualdades regionais, considerando a distribuição de recursos e riquezas econômicas no território. Antes, porém, destacaremos algumas questões sobre o modo de interpretar e classificar as regiões do Brasil. Existe uma regionalização oficial, adotada a partir de 1969, que divide o país em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Independentemente de ser ou não a melhor maneira de compreendermos o país – a partir da análise do território –, essa divisão tornou-se a referência básica. É partir dela que a maioria das informações sobre o país é organizada.

Os critérios de Regionalização no Brasil

Dividir o Brasil em regiões é tarefa empreendida por estudiosos para atender a diferentes necessidades. Mas também é ato administrativo-político do poder público no sentido de ordenar a aplicação de programas econômicos e sociais e de coletar informações. Assim, podemos ter acesso a vários tipos de regionalização. Cada proposta de regionalização é sustentada por finalidades e critérios. Se a finalidade é fazer um estudo das paisagens naturais do território brasileiro, os critérios adotados tomam como referência os componentes físicos do espaço – clima, vegetação, relevo, hidrografia, solo, et. De outra forma, se o objetivo for o entendimento quanto à distribuição das atividades econômicas no território, os critérios adotados serão os tipos de atividade econômica (indústria, agricultura, comércio), o nível tecnológico das atividades, o volume de produção e uma infinidade de outros detalhes que se queira destacar. Algumas classificações regionais do território brasileiro bem conhecidas são: domínios morfoclimáticos para paisagens naturais, sistematizadas por Aziz Ab'Saber; organização regional segundo tipos de uso do espaço, de Berta Becker, classificação que assinala três macrorregiões: Centro-Sul, Amazônia e Nordeste; organização

regional segundo as relações entre os espaços e sua hierarquia econômica-social, Pedro Geige. Esta última se refere a centros irradiadores, regiões periféricas dinâmicas, regiões de novas oportunidades, etc. E nenhuma das regionalizações citadas, as partes encontradas (regiões) têm seus limites coincidindo com as fronteiras político-administrativas dos Estados brasileiros. O que não ocorre com a divisão oficial, que, por algumas conveniências, fez com que os limites das regiões coincidissem com os limites dos Estados.

Propostas de regionalização feitas com critérios consistentes, em termos, teóricos, são instrumentos de grande utilidade para o entendimento do território. Mas é preciso cuidado com a idéia de região. Por descuido, muitas vezes exagerou-se no poder explicativo da realidade a partir dessa idéia. Em Geografia já se concebeu região como um lugar cujas características – gênero de vida, paisagem, etc. – resultavam fundamentalmente do que nela ocorria. Decorreriam da relação dos seus habitantes com a natureza local e das relações socioeconômicas entre esses mesmos habitantes, que chamamos de horizontalidades. Era isso o que determinaria o caráter regional próprio de uma área contida num território mais amplo.



Todavia, todas as regiões brasileiras – e é isso o que significa integração nacional e territorial – estão sendo inseridas em outro conjunto de relações socioeconômicas, que ultrapassa o limite de cada região. Com o aumento da fluidez do espaço no interior dessas regiões, começam a ocorrer mudanças socioeconômicas, promovidas a partir de núcleos externos, situados no Sudeste. Estabelece-se, então, entre as regiões uma nova trama de relações, que possui outra escala, que chamamos de verticalidades. Disso tudo se conclui que a região não pode ser entendida como unidade completamente isolada ou independente, pois ela é parte que

integra dinamicamente um conjunto maior.

Outra conclusão: o Brasil contemporâneo está cada vez mais marcado pelo predomínio das verticalidades sobre as horizontalidades, fenômeno que está mudando toda a configuração regional brasileira.

A melhor maneira de compreender as diferenças regionais no território brasileiro é considerar os principais processos socioeconômicos que se manifestam no espaço e produzem as situações diferenciadas. Eis, então, uma constatação importante: a modernização de um território baseia-se na expansão dos sistemas técnicos de comunicação, de energia, de transporte, de infra-estruturas produtivas, etc. A isso denominamos conteúdo técnico do território. Esse conteúdo técnico é uma medida da modernização. Assim, quanto maior a intensidade da modernização numa região. Mais ela está integrada ao todo, aos mercados, à economia global. Ou, dito de outra forma, mais ela está envolvida em verticalidades. Logo, verificar os conteúdos técnicos dos territórios pode ser um bom critério para criar-se uma nova regionalização do Brasil, e esta é uma proposta do geógrafo Milton Santos. Por ora, podemos tomar essa característica do território como um dado a ser considerado.